

Revista da Gestão
2020-2022

36 ANOS DE ANPG

EM DEFESA DA PÓS-GRADUAÇÃO



DIRETORIA 2020-2022

Presidenta

Flávia Calé da Silva

Mestrado em História - USP

Vice-Presidenta

Stella Gontijo - UFMG

Tesoureiro Geral

Cássio Borges - UFPI

Secretário Geral

Raquel Melo - USP

Diretor de Comunicação

*Vinícius Soares - Secretaria do Recife/
IMIP*

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação

Rai Campos - USP Ribeirão Preto

Diretor de Políticas Institucionais

Carlos Eduardo - UFU

1ª Diretora de Políticas Institucionais

Gisseila Andrea - UFMG

2º Diretor de Relações Institucionais

Marcos Johari - UNITAU

Diretora de Relações Internacionais

Amanda Harumy - USP

Diretor de Instituições Particulares

Kellwin Leray - PUC SP

Diretor de Instituições Públicas

José Germano Neto - UFRN

Diretor de Movimentos Sociais

Victor Ferreira - UFBA

Vice-Presidenta Regional Sul

Marianna Rodrigues - UFRGS

Vice-presidenta Regional Sudeste

Livia Macedo - UFMG

Vice-presidenta regional São Paulo

Larissa Fontana - UNICAMP

Vice-Presidente Regional Centro-Oeste

Carlos Klein - UFG

Vice-Presidente Regional Nordeste

Luan Americo - UNIFOR

Vice-Presidenta Regional Norte

Priscila Duarte - UFAM

Diretor de Saúde

Bernardo Blanche

Diretor de Cultura e Eventos Científicos

Marcelo Barge - UFPA

Diretora de Políticas Educacionais

Elizabeth Leite - FIOCRUZ RJ

Diretora de Pós-graduação Lato Sensu

Isabela Gobbo - UEPG

Diretora de Mulheres

Thais Florencio - UECE

Diretor de Políticas de Emprego

Josiel Rodrigues - UFRGS

Diretora de Combate às Opressões

Nadira Ahtié (FGV)

Diretor de Direitos dos Pós-Graduandos

Wellington Oliveira - USP/UFMS

Diretor de Universidades Estaduais

Joelson Conceição - FIOCRUZ PE

Diretora de Ensino à Distância

Renata Campos - UFF

Diretora Acadêmico e Científico

Bruna Garcia - UNICAMP

Diretora de Juventude

Helena Augusta - UNB

Diretora de Tecnologia da Comunicação e
Inovação

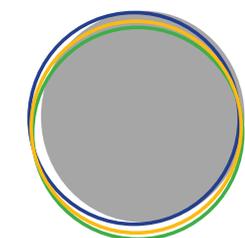
Hellen Balbinotti - UFRJ

REVISTA DA GESTÃO 2000-2022

PRESIDENTA: FLÁVIA CALÉ; DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: VINÍCIUS SOARES; PROJETO GRÁFICO: CIRCUS FILMES;
DIAGRAMAÇÃO: VANDRÉ FERNANDES; JORNALISTA: FERNANDO BORGONOVÍ; CAPA E FOTOS: PATRÍCIA SANTOS;
ASSESSORIA DE IMPRENSA: PATRÍCIA LARSEN

ÍNDICE

Editorial	4
Presidenta Flávia Calé	5
Vice-Presidenta Stella Gotijo	6
Secretária-Geral Raquel Melo	7
Diretores	8
FNDCT sem cortes	13
36 anos da ANPG	14
Plano Anísio Teixeira	16
10 anos sem reajuste	17
Prorrogação das Bolsas e Auxílio Emergencial	18
Tsunami da Educação	19
Vida, Pão, Vacina e Educação	22
Dia Nacional de Paralisação	23
44º CONAP	24
Cotas Raciais	25
Saúde Mental	26
28º Congresso da ANPG	26
III Encontro de Mulheres Estudantes da ANPG	27
Seminário Educação e Ciência	28
ANPG nos Conselhos	30
ANPG no Mundo	31
ANPG na Mídia	32
Ouvidoria da ANPG	34



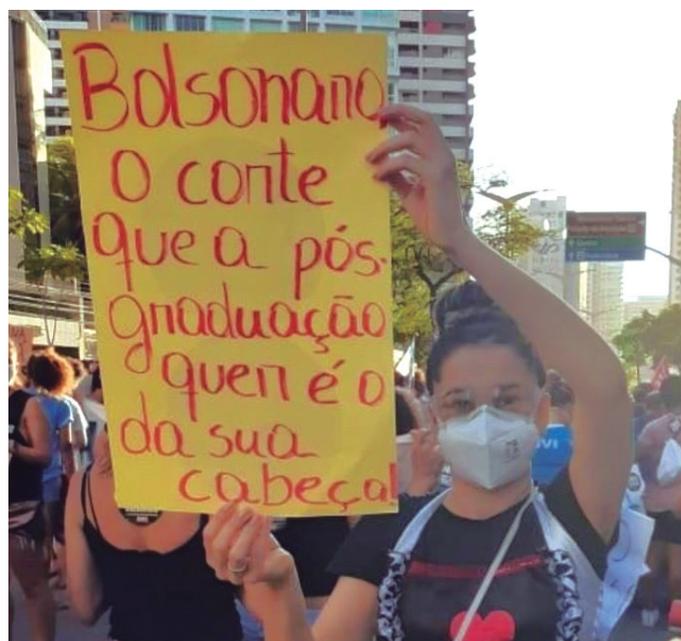
GOVERNO BOLSONARO, UM PROJETO DE DESTRUIÇÃO NACIONAL

O governo Bolsonaro chega a seu quarto ano decrépito. Se não há realizações positivas a mostrar, o projeto de destruição das conquistas das últimas décadas segue em execução. Não bastassem as quase 700 mil mortes durante a pandemia, é do modelo ultraliberal a responsabilidade principal pela crise econômica e social gravíssima, que trouxe a fome a mais de 33 milhões de brasileiros e a insegurança alimentar para metade da população.

Em meio ao desemprego, a inflação galopante, a erosão das contas públicas, a única preocupação do presidente e de seus seguidores é comprometer o que resta do país em uma irresponsável aventura eleitoral. Criminosamente, privatizaram a Eletrobrás, colocando a segurança energética brasileira em mãos privadas, para “torrar” a arrecadação, subsidiando o preço dos combustíveis.

Como lhes falta coragem de enfrentar os tubarões do petróleo e alterar a política de preços da Petrobrás, atacam a empresa, construída por décadas de esforço nacional, para tentar desmoralizá-la e privatizá-la.

Corolário desse governo de lesa pátria, os setores de Ciência e Tecnologia e Educação sofrem um processo de desmonte e perseguição inéditos. O subfinanciamento, que faz o MCTI ter seu pior orçamento em várias décadas, é o ataque mais visível, mas a ofensiva conta ainda com o enfraquecimento de instituições de planejamento estatal, como o INPE, o IBGE e outros, a asfixia das agências de fomento à pesquisa Capes e CNPq, a perseguição à liberdade de cátedra e mesmo intervenção política em universidades.



Por trás do desmonte e da desorganização administrativa, viceja a corrupção. As estruturas do MEC e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) viraram alvos de pilhagem por grupos religiosos e políticos, seja através da ação de lobistas ou do superfaturamento de compras e obras bancadas via orçamento secreto. O escândalo que ficou conhecido como Bolsolô do MEC levou à prisão o ex-ministro Milton Ribeiro e ensejou pedido de CPI no Senado Federal.

O quadro não é pior porque há ativa resistência da sociedade organizada e de profissionais técnicos comprometidos com o futuro do país. Nesse sentido, as mobilizações realizadas pela ANPG e diversas entidades acadêmicas e científicas foram fundamentais para reduzir ganhos e produzir conquistas em momentos fundamentais.

Com pressão e articulação junto ao Congresso, foi possível garantir suplementações orçamentárias que evitaram o calote nas bolsas do CNPq em 2020 e 2021. A estratégia de isolar os setores mais reacionários e negacionistas do governo também foi fundamental para conquistar a aprovação do FIES e a lei que impede o contingenciamento de recursos do FNDCT e os destina à ciência e tecnologia.

São alguns exemplos que mostram a respeitabilidade da ciência e da pesquisa na sociedade e entre as forças políticas democráticas. Nesses mares bravios, a ANPG soube liderar os pós-graduandos na luta em defesa da ciência como fator indispensável à reconstrução do Brasil, que virá após a derrota do governo da destruição nas urnas.

TEMPOS DE RESISTÊNCIA, TEMPOS DE ESPERANÇA

Os últimos anos têm sido particularmente difíceis para o Brasil e para os brasileiros. O quadriênio deste atual governo foi especialmente trágico: agravou a crise econômica, que já vinha de antes, com ações e omissões desumanas e negacionistas na pandemia, e a ela somou, por iniciativa própria, crises políticas e institucionais permanentes, conduzindo o país a um estado de anomia.

O bolsonarismo produziu uma mudança de paradigmas na disputa política brasileira: como debater projetos de país com um governo que, desde o primeiro momento, admitiu que sua missão não era construir algo, mas sim destruir aquilo que havia sido feito ao longo de muitas décadas?

Como enfrentar uma força que não admite adversários, para quem o opositor é inimigo a ser exterminado? Como manter o rumo e não se perder no nevoeiro diante de quem usa a mentira e o ódio como método, visando solapar as bases da democracia e governar pelo caos?

A ANPG teve que responder a essas questões a quente, no enfrentamento cotidiano de um inédito processo de desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia. Não vacilamos e nem desviamos do objetivo central: RESISTIR, RESISTIR E RESISTIR!

Foi com esse espírito que ocupamos as ruas e as redes em mobilizações históricas contra os cortes de verbas que comprometeram o funcionamento das universidades federais, das agências de fomento à pesquisa e das instituições de planejamento e produção científica nacionais.

Para defender a ciência e a democracia, a ANPG e o conjunto das entidades acadêmicas e científicas, não cansaram de debater com a sociedade, pressionar e articular com amplos segmentos do Congresso Nacional para impedir que projetos nefastos, como a extinção do CNPq ou a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, fossem adiante.

Fizemos uma luta sem trégua para conquistar o reajuste das bolsas de estudos da Capes e do CNPq e a valorização dos pós-graduandos. Nossa campanha sensibilizou a sociedade e, se ainda não resultou quanto às agências nacionais, fez com que as Fundações de Amparo de diversos estados concedessem reajustes a seus estudantes. Do mesmo modo, a luta da ANPG possibilitou que os pós-graduandos tivessem suas bolsas e prazos estendidos durante o período mais crítico da pandemia.

Mas a principal conquista da nossa árdua resistência foi manter acesa a esperança! Nossa comunidade esteve mobilizada, unida, convicta e, graças a essa força coletiva, a ciência brasileira se mantém de pé, pronta para derrotar o projeto bolsonarista e reconstruir o Brasil. Essa luta vale a pena!

FLÁVIA CALÉ
PRESIDENTA DA ANPG





POR UMA PÓS-GRADUAÇÃO POPULAR E DIVERSA

No último período vivemos grandes desafios na ANPG e nossa gestão foi aguerrida no enfrentamento ao caos social, econômico, político e sanitário pelo qual passamos. Conduzir esta entidade, ao lado de companheiras e companheiros comprometidas/os com a luta em defesa da democracia, da vida, das Universidades Públicas, da Educação e da C&T, sem dúvida nenhuma, tornou possível fortalecer o movimento de pós-graduandos e pós-graduandas. Temos uma entidade mais fortalecida, capilarizada e preparada para seguirmos em defesa do nosso país, com a centralidade na pesquisa, na pós-graduação, na C&T, na diversidade da produção do conhecimento.

Nesses dois anos de uma gestão praticamente em formato remoto, ou híbrido, tivemos grandes enfrentamentos ao projeto neoliberal para a C&T colocado pelo governo Bolsonaro e a política econômica de Paulo Guedes. Na concepção deles, só cabe uma universidade embranquecida, masculina e elitista. Eles temem a capacidade de transformação estrutural que o acesso à educação fornece, temem a valorização do conhecimento que é produzido por sujeitos periféricos.

Foram muitas as formas de desmonte: cortes orçamentários exorbitantes; perseguição antidemocrática a dirigentes das IEs, professoras/es e pesquisadoras/es; desfinanciamento da internacionalização da ciência; tentativas de cobrança de mensalidade nas universidades públicas; cortes de bolsas de pesquisa; ausência de reajuste das bolsas num cenário de inflação que precariza ainda mais a vida das/os pós-graduandas/os; distribuição de bolsas concentrada em grandes universidades dos eixos sul-sudeste; etc. Contudo, a comunidade da educação, acadêmica, científica, junto com a sociedade civil, e com o protagonismo das APGs espalhadas pelos quatro cantos do país, resistiu e segue em luta permanente.

Para este ano e o próximo período temos um desafio prioritário: derrotar o projeto conservador e com características fascistas encabeçado por Bolsonaro, para reconstruir o Brasil, retomar e fortalecer o projeto democrático e popular. Para isto, devemos seguir ocupando as ruas, as redes e os roçados, mas também temos que eleger Lula e uma grande bancada de deputadas/os e senadores/as comprometidos com um projeto democrático, popular, socialista, em defesa do Brasil e que tenha, em seu centro, a defesa das Universidades Públicas como elemento fundamental para mudar a vida do povo, assim como, comprometidos com uma agenda em defesa da ciência e das pesquisadoras e pesquisadores brasileiros! Para a “reconstrução de um Brasil independente”, seguiremos em luta por uma pós-graduação feita pelo povo, pelas mulheres, povos originários, população LGBT, negros/as, de todas as regiões do país, para um conhecimento a serviço dos interesses populares e comprometido com a democracia e com a soberania do Brasil e da América Latina. Sem dúvida nenhuma a ANPG está a altura desses desafios e dessa luta!

**STELLA GOTIJO
VICE-PRESIDENTA DA ANPG**

CONSTRUIR UMA ENTIDADE CADA VEZ MAIS ENRAIZADA E REPRESENTATIVA

A atual gestão da ANPG enfrentou um período de extrema complexidade e com grandes desafios. A conjuntura política em meio à pandemia do coronavírus e ao avanço da crise econômica é de aplicação de uma plataforma neoliberal extremada, que continua avançando, surrupando direitos trabalhistas e ampliando a privatização de recursos e bens públicos. O Brasil segue com a maior taxa de desemprego dos últimos 30 anos, o número de trabalhadores(as) na economia informal ultrapassa a quantidade de empregados(as) com carteira assinada, centenas de postos de trabalho estão sendo fechados em setores chaves da economia, e o processo de desindustrialização permanece nos grandes centros econômicos, em especial no Sudeste.

O movimento de pós-graduandos é marcado por sua hibridez, onde estamos envolvidos em uma dinâmica entre o estudo e o trabalho: somos profissionais já graduados, pesquisadores, trabalhadores da educação, ciência e tecnologia, com a missão de produzir conhecimento e pensar o futuro do nosso país e somos também estudantes em mais uma etapa de formação.

Em sua história, os pós-graduandos, trabalhadores da educação, cientistas e pesquisadores, cumpriram o importante papel de ser uma ferramenta de luta e questionamento nos momentos de maior ofensiva das pautas que atacam a ciência, a pesquisa e o conhecimento, que devem estar a serviço da classe trabalhadora e de seus filhos. A ANPG durante sua gestão lutou para que esse papel continuasse existindo. Todas as disputas e discussões políticas internas foram no sentido de quais caminhos trilharíamos para enfrentar o governo Bolsonaro, os cortes e avançar para um melhor projeto de pesquisa, ciência e tecnologia para os brasileiros.

Os desafios para a próxima gestão continuam e cada vez mais a responsabilidade de representar os(as) pós-graduandos(as) aumenta. A ANPG precisa cada vez mais estreitar as suas relações regionais e criar mecanismos para um maior diálogo e ação local, no cotidiano dos pós-graduandos e das pós-graduandas. Precisamos conhecer a realidade e as especificidades de nossa categoria, como das mães e pais pós-graduandos e de toda a diversidade que ela comporta. Essa integração passa pela criação de campanhas, debates e canais diretos de comunicação: espaços em que, de fato, a entidade possa se aproximar das e dos pós-graduandos, sendo uma entidade cada vez mais participativa. É essencial uma entidade enraizada regionalmente, que possa estar inserida na amplitude e diversidade de nosso país.

RAQUEL MELO
SECRETARIA GERAL DA ANPG



NAS REDES E NAS RUAS,

Amanda Caroline Harumy Oliveira



A tarefa de Relações Internacionais da ANPG se concentrou em dois eixos geopolíticos: América Latina e Eurásia. Como diretora de RI participei ativamente da agenda do movimento estudantil latino americano, cumprindo duas viagens para a Venezuela onde tive contato com o rico debate político dos países latino-americanos que resistem aos avanços do neoliberalismo na região. Conheci também a eixo político euroasiático em uma viagem ao Rússia no evento #MbIBMECTE 2021. Outra contribuição foi a pesquisa desenvolvida com a Universidade de Harvard. SIHEG Project - Student Impact on Higher Education Globally launched e diversos outros movimentos estudantis do mundo no qual desenvolvemos um livro sob supervisão da Professora Manja Klemencic. Os desafios da agenda de Relações Internacionais da ANPG é acompanhar o debate atual sobre ciência e tecnologia no mundo não ocidental principalmente contato com movimentos que façam parte dos BRICS e outros fóruns em ascensão na atual disputa mundial.“

**Diretoria de Relações Internacionais
Doutoranda no PROLAM USP**

Carlos Eduardo Kein de Oliveira

Dirigir a ANPG nesses dois anos foi desafiador. Esses anos mostraram dia a dia a necessidade de continuar a luta pela Ciência, pelas Universidades e pelo país, juntamente com a necessidade de nos reinventarmos e sermos criativos. Apesar de tudo, o movimento, a ANPG e a luta pela Ciência seguem fortalecidos.

**Região Centro-Oeste
Doutor, Ecologia e Evolução - UFG**



Cássio Borges

Somos uma geração da ANPG que tem que ter muito orgulho da nossa atuação nessa gestão que se iniciou em 2020 encerra agora na metade de 2022. Ao meu ver, tivemos que lidar com dois grandes desafios nesse período: a pandemia de Covid 19 e a tragédia política, econômica e social de um Brasil gerido por Bolsonaro. Na luta contra a pandemia fomos fundamentais ao defendermos a ciência contra o negacionismo que vitimou milhares de brasileiras e brasileiros, além de um forte esforço para que a nossa base permanecesse organizada e resistindo aos desmandos de um governo altamente prejudicial para o nosso povo. Nesses quase dois anos, estivemos permanentemente mobilizados em defesa do orçamento para ciência e pela valorização das condições de pesquisa e trabalho para as pós-graduandas e pós-graduandos brasileiros.

**Tesouraria Geral
Doutorando em História do Brasil na UFPI**

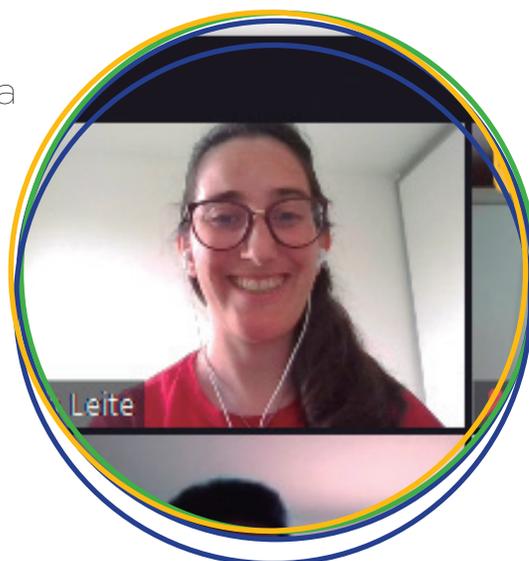


UMA DIRETORIA DE LUTA!

Elizabeth Leite Barbosa

Atuar nessa diretoria foi e ainda é muito desafiador, visto que a pandemia, ainda em curso, afetou e ainda afeta o modo e o acesso ao ensino e pesquisa de qualidade no país. Além disso, nossa saúde mental foi afetada diante de um novo cenário de um vírus desconhecido. Buscamos nesse tempo promover junto a coordenação geral campanhas contra cortes de bolsas e verbas

Políticas educacionais
Doutoranda em Epidemiologia em Saúde Pública- ENSP-FIPCRUZ



Germano Neto

As instituições públicas brasileiras nunca sofreram tantos desmontes como no desgoverno Bolsonaro. Nos últimos anos, não somente ocorreram sucessivos cortes e congelamentos de orçamento para educação, ciência e tecnologia, como também o estímulo à descrença dos resultados de pesquisas e avaliações de pesquisadores de todo o Brasil foram largamente incentivados por parte do presidente e de sua equipe. Nós na ANPG, todavia, seguimos na contra-mão dessa maré. Junto das nossas entidades irmãs, UNE e UBES, e dos movimentos sociais denunciamos as injustiças de toda ordem e fizemos dos nossos espaços de atuação território de resistência. Mobilizamos virtualmente, no momento mais duro da pandemia, mas também presencialmente quando as condições sanitárias passaram a ser mais favoráveis. Sem dúvidas foi um tempo desafiador, mas a luta social nos deu sentido para seguir resistindo.

Instituições Públicas
Mestre em Ciências Sociais pela UFRN



Helena Augusta Lisboa de Oliveira

A mobilização em prol da Saúde Mental e da Humanização na educação é um grande legado que deixamos para essa e futuras juventudes. Realizamos e nos somamos a movimentos e eventos, onde destaco o movimento Saúde Mental para Agir, que também inaugurou a Rede de Humanização das IES (RHIES) e o evento Suicídio nas (e das) Universidades. Apresentamos ainda uma proposta de inclusão de critério na avaliação dos PPGs da CAPES, que considera a saúde psíquica nesses ambientes. Os movimentos devem continuar, para construção de um futuro que faça sentido para as próximas gerações viverem, com uma ciência digna, que sirva ao povo.

Diretoria de Juventude
Doutorado, Tecnologias Química e Biológica,
Universidade de Brasília



NAS REDES E NAS RUAS,



Isabela Gobbo

Apesar das dificuldades que a pandemia da covid-19 gerou, nossa gestão se adaptou para manter seu espaço de atuação em defesa da educação, da ciência e tecnologia. Isso foi de grande relevância, pois nunca tivemos tantos ataques do governo federal e de vários governos estaduais aos pesquisadores, às universidades e institutos de pesquisa, o que também foi decorrente de um cenário em que o próprio conhecimento científico foi colocado em jogo e testado.

**Diretoria de pós-graduação lato sensu
Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG**

Josiel Rodrigues

Pensar a ANPG nestes últimos dois anos é refletir sobre os desafios enfrentados com muito protagonismo. Somos quem encampou lutas reais pela retomada da vida digna ao povo brasileiro, denunciando o descaso do governo Bolsonaro, defendendo a vida, a educação, ciência e a tecnologia. Foi uma gestão fundamental para apontar importantes bandeiras para a pós-graduação, como fazer do Plano Emergencial Anísio Teixeira um instrumento de posicionamento da nossa entidade frente à comunidade acadêmica, política e à sociedade brasileira. Defendemos a ciência como motor do desenvolvimento nacional, e hoje a ANPG se mostrou uma entidade necessária ao Brasil!

**Políticas de Emprego
Mestrado em Comunicação - UFRGS**



Lívia Silva Macedo

Foi desafiador e de grande responsabilidade construir o movimento de pós-graduandos em meio a uma pandemia e em um governo neoliberal e negacionista. Apesar dos ataques sucessivos, houve luta. As Associações de Pós-Graduandos (APGs) em Minas Gerais se organizaram e conquistaram direitos importantes aos discentes durante a pandemia, assim como se mobilizaram contra os cortes e pelo reajuste das bolsas. Conquistamos em MG, o primeiro reajuste de bolsas pela FAPEMIG, resultado da ação organizada da ANPG e do Fórum de APGs Mineiras. Me sinto honrada de ter participado desse movimento que resiste aos retrocessos e constrói os caminhos pro desenvolvimento brasileiro.

**Vice Presidência Regional Sudeste
Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, sem vínculo atual.**

UMA DIRETORIA DE LUTA!

Luan Pinheiro Americo

Foram dois anos intensos de muita luta contra os cortes das bolsas, contra a negação da ciências e em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade

**Vice Presidente Regional Nordeste
MBA, Universidade de Fortaleza**



Marcelo Barge

Atuar na Diretoria de Cultura e Eventos se apresentou não só como um desafio mas também como um presente. Minha origem amazônica e estudos no campo da história social, me possibilitaram ocupar essa diretoria no intuito de multiplicar as vozes culturais existentes no Brasil. Ampliar a percepção sobre as culturas e povos que habitam o território amazônico se fez presente em minha atuação nestes últimos dois anos, sou grato a esta oportunidade. Vale lembrar que muito precisa ser feito para de fato integrar a luta pela ciência, cultura, saberes tradicionais e ancestrais com as necessidades sociais e acadêmicas desta região.

**Diretoria de Cultura e Eventos
Mestre em História Social, PPHIST - UFPA**

Marcos Johari Provezani Silva

A ANPG tem se mostrado essencial para garantir os direitos e lutar contra retrocessos na pós graduação e na ciência brasileira. Na última gestão a entidade fortalece as relações com outras instituições da sociedade, atuando em defesa da democracia e do povo brasileiro!

**Diretoria de Relações Institucionais
Mestrado profissional em Engenharia Mecânica - UNITAU**



Paula Vieira de Oliveira

Com a realização do III Encontro de mulheres estudantes da ANPG terminamos os desafios propostos para a diretoria de mulheres na gestão 2020 - 2022, com o tema "Mulheres Tecendo um novo Brasil" o encontro acumulou diversos debates e aprovou uma carta das mulheres pós graduandas que aponta as diretrizes do que acreditamos ser fundamental para a reconstruir o Brasil. Entendemos que somente através de uma luta coletiva podemos seguir reivindicando o fim da violência contra a mulher e a construção de um projeto de governo que coloque o povo no orçamento, que vença o fascismo e repactue o Brasil com o caminho da democracia. Seguimos em marcha até que todas sejamos livre!

**Mulheres
Mestrado - Pós Graduação em educação - UFC**

NAS REDES E NAS RUAS, UMA DIRETORIA DE LUTA!



Priscila Duarte de Lira

Foram anos de muita resistência contra os ataques do governo Bolsonaro a Ciência e Tecnologia que impactam no sistema como um todo, mas geram consequências mais prejudiciais na região norte do país. Resistência contra aqueles que querem destruir a Floresta Amazônica e sua população sendo hoje o cenário de grandes conflitos por terras e suas riquezas. A Amazônia foi incendiada para poder servir aos interesses do mercado, os rios contaminados com as atividades mineradas que cresceu sem controle e fiscalização, sua população principalmente os indígenas sofrem com a violência e a falta da proteção do estado.

**Vice-Presidenta Regional Norte
Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Química**

Rai Campos Silva

Essa gestão da ANPG foi marcada por muitos desafios de mobilização do movimento nacional de Pós-graduandos e articulação com entidades científicas em defesa da ciência e da vida. Durante a Pandemia de COVID-19, as (os) Pós-graduandas (os) vivenciaram um período de apagão de expectativas de futuro e o País, um atraso de desenvolvimento provocado pelo projeto de precarização das Instituições de ensino superior; no período mais crítico de nossa geração. Nesse cenário a ANPG seguiu ativa pautando a necessidade de mais investimentos em educação, Ciência e Tecnologia, propondo um novo caminho para Pós-graduação brasileira socialmente referenciada, mais plural, com a rebeldia e a criatividade do nosso Povo. A Associação Nacional de Pós-graduandos se consolida como um importante vetor nacional de defesa da democracia e da soberania nacional, uma entidade com enormes contribuições para a reconstrução de um Brasil independente e forte. Um abraço a todas (os) aqueles que acreditam na educação e ciência para uma nova realidade social.

**Diretor de Ciência, tecnologia e inovação
Doutorado, Programa de Pós-graduação em Química, Universidade de São Paulo.**

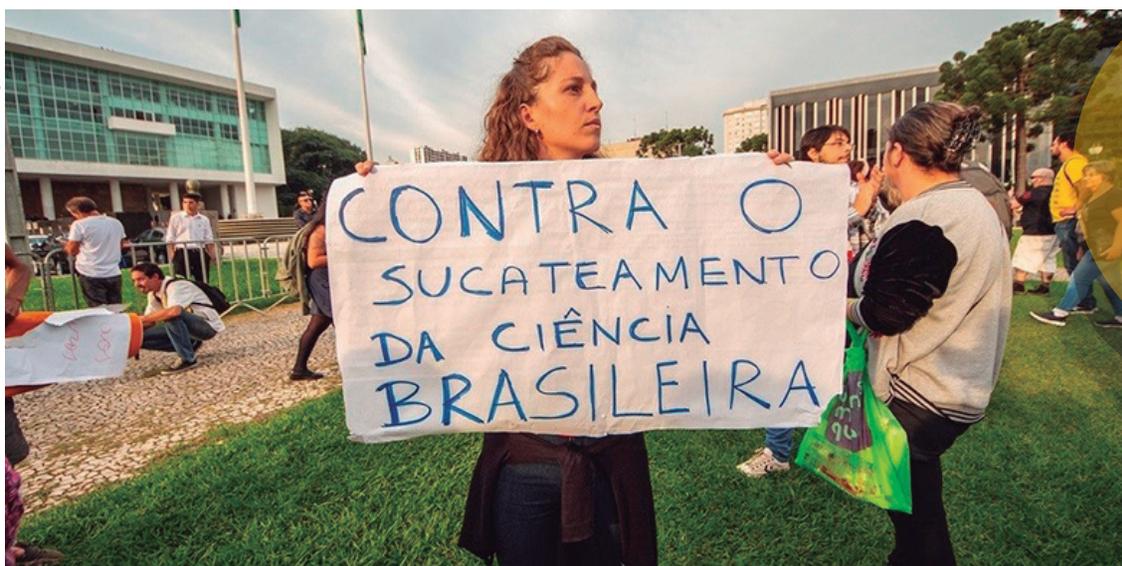


Vinícius Soares

Esse último período foi bastante agitado. A pandemia colocou a comunicação no centro do debate e da importância política tanto para o ANPG e as APGS quanto para resistência do governo Bolsonaro. Esse último governo vem desmontando todas as políticas públicas de ciência e tecnologia e da pós-graduação no Brasil e é muito necessário comunicar à população sobre a importância de defender esse patrimônio brasileiro. Não temos como falar de desenvolvimento e resolução das múltiplas crises que enfrentamos sem colocar a ciência, educação e universidade no centro da discussão de um projeto nacional.

**Diretoria de Comunicação
Residente de Saúde Coletiva - SesauRecife/IMIP**





FNDCT SEM CORTES: A TRIPLA DERROTA DE BOLSONARO PARA A CIÊNCIA

Se o governo negacionista fez o que pode para desmontar o sistema nacional de ciência e tecnologia, a resposta da ANPG e das demais entidades acadêmicas e científicas foi ir à luta para impedir retrocessos.

Contra a tesoura de Bolsonaro e Paulo Guedes, se insurgiu a pedra articulada defensora da ciência: a Lei Complementar 177/2021, articulada por uma ampla frente de movimentos e entidades junto ao Congresso Nacional. Originada no PLP 135/2020, a norma visava proibir o contingenciamento pelo governo dos recursos que compõem Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Seria uma vitória histórica para garantir patamares mínimos de financiamento da ciência, a despeito da perseguição do atual governo ao setor. Mas a batalha ainda não estava finalizada: Bolsonaro vetou o dispositivo que impedia o bloqueio dos recursos.

O locus da volta ao Congresso, dessa vez com o objetivo de derrubar os vetos. A conquista veio na sessão de 17/03/2021, derrotando o Planalto pelos votos de 72 a 1 no Senado e 457 a 18 na Câmara, fazendo valer a redação original da lei.

Por incrível que pareça, foi necessário vencer o arbítrio de Bolsonaro uma terceira vez. Isso porque, usando manobras técnicas e ignorando a lei, o Ministério da Economia tornou a contingenciar 2,5 bilhões do FNDCT em 2022. Para manter e ampliar o bloqueio, o governo tentou aprovar no PLN 17 uma mudança que lhe possibilitaria descumprir os dispositivos da Lei Complementar 177/2021.

Mais uma vez a garantia de patamares mínimos de investimento em ciência e tecnologia dependeria de pressão da comunidade acadêmica e científica sobre o Congresso. Finalmente, na sessão de 12 de Julho de 2022, Bolsonaro e Paulo Guedes foram derrotados pela terceira vez e o Congresso rejeitou a medida, impedindo o bloqueio ilegal e garantindo a devolução de 2,5 bilhões do FNDCT para a Ciência.



ANPG, 36 ANOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DOS PÓS-GRADUANDOS E PÓS-GRADUANDAS

Nascida em 12 de julho de 1986, fruto da organização do Movimento Nacional de Pós-Graduandos na resistência à ditadura e da ebulição política do movimento Diretas Já!, a ANPG, completou em 2022, 36 anos de compromisso com a ciência e a construção de um Brasil mais desenvolvido, soberano e socialmente justo.

O restabelecimento do regime democrático trouxe à tona os anseios de transformação e modernização do país, o que exigia um projeto nacional de desenvolvimento alavancado pela ciência e tecnologia. A ANPG tinha a necessidade de se consolidar como entidade de referência de mestrandos e doutorandos e de nacionalizar a pós-graduação, então ainda muito incipiente em regiões como Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Ao passo em que lutava pelo Plano Nacional de Pós-Graduação, a entidade teve que se insurgir contra um ataque de grande monta: a extinção da Capes, no início do governo Fernando Collor de Mello. Foi preciso intensa batalha da ANPG e de toda a comunidade acadêmica e científica para que a administração voltasse atrás e a agência fosse recriada.

Presidente de 1989 a 1990, a professora Soraya Smali, ex-reitora da Unifesp, lembra que foi um período “bastante complexo” para o país e para os pós-graduandos. “Ao mesmo tempo em que tínhamos a nova Constituição, recém aprovada, também tivemos a eleição do Collor de Mello, que teve como um de seus primeiros atos a extinção da Capes. Então, nós fomos a público, em um movimento amplo, no qual a ANPG teve foi fundamental para que a Capes fosse reconstituída”, lembra, salientando que a medida causou a perda de 3 meses de bolsas aos pesquisadores.

Nesse contexto de abertura, a ANPG elevava sua voz para debater e construir um arcabouço legal sobre a pós-graduação. “A primeira lei dos pós-graduandos fomos nós que formulamos e depois encaminhamos ao deputado Florestan Fernandes para que ele encabeçasse a lei, que tramitou até certo ponto, com debates muito ricos. Além do PNPG, que nós participamos muito ativamente, conquistamos espaços na Capes e no CNPq”.

Já no cenário dos anos 2000, o ex-presidente Luciano Rezende lembra que uma das tarefas importantes de seu ciclo foi firmar a ANPG em seu caráter de entidade

defensora da ciência voltada para a soberania nacional, apontando uma crise envolvendo o então ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, que defendeu o uso pacífico da tecnologia nuclear, o que foi deturpado e redundou em sua demissão.

“A ANPG saiu em defesa do ministro no que diz respeito às questões de soberania, independência energética do país, o programa do submarino nuclear”, rememora Luciano. “Ele ficou muito grato. Tivemos uma audiência com ele, que nos agradeceu e sua última medida no ministério foi o reajuste das bolsas. Sei que esse reajuste foi um agradecimento aos pós-graduandos por essa posição em defesa de investimentos estratégicos como aquele”, aponta.

Eleito em 2008, já no segundo mandato do governo Lula, o então mestrando em Engenharia Elétrica da Unicamp, Hugo Valadares vê seu período à frente da ANPG como um momento de consolidação institucional da entidade. “Foi um momento que demos um passo adiante no diálogo institucional. Passamos a ser recebidos com frequência pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, chamados para debates de comissões do Congresso Nacional, a apresentar pautas dos pós-graduandos para as agências de fomento nacionais e estaduais. A ANPG passou a ser um ator político reconhecido como porta-voz dos pós-graduandos”, diz.

Elisângela Lizardo, que assumiu a presidência da ANPG em 2010, diz que sempre foi característico da entidade conciliar as pautas mais específicas e as de caráter mais estratégico.

36 ANOS DE ANPG

EM DEFESA DA PÓS-GRADUAÇÃO



“As demandas eram variadas, desde as mais estruturantes, como uma política nacional de financiamento da pós-graduação brasileira, até direitos como licença maternidade e paternidade, o reajuste de bolsas e da taxa de bancada, auxílio tese, seguro saúde”, comenta.

Nesse momento, a entidade conquistou o assento no Conselho Deliberativo do CNPq, antiga reivindicação dos estudantes. “Creio que, aliada à expansão da pós-graduação no país, a ação institucional da ANPG se fortaleceu no período e nosso compromisso e responsabilidade já reconhecidos em outros conselhos, como CT e CS da Capes, além do Conjuve e do Ministério da Saúde, impulsionaram ainda mais a decisão do professor Glaucius de formalizar a participação da ANPG junto ao Conselho Deliberativo do CNPq”, lembra Elisângela.

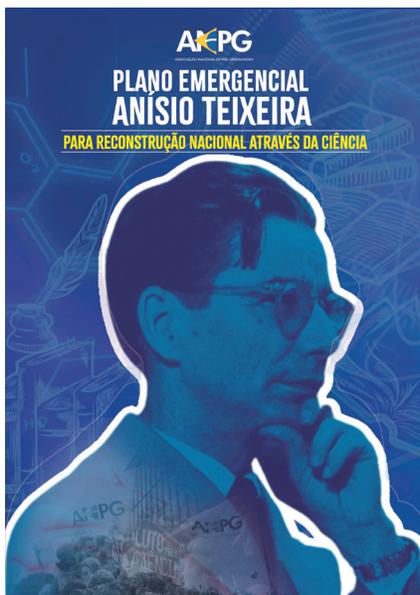
Tamara Naiz presidia a entidade durante a luta contra o impeachment de Dilma Roussef e a agenda regressiva que se impôs na gestão Michel Temer. Para ela, desde então, apesar dos ataques dos governos, a resistência tem conseguido preservar direitos e até produzir conquistas.

“Fomos a primeira entidade a derrotar uma proposta de Michel Temer no Congresso Nacional, a então PEC 395/14, que pretendia romper o princípio de gratuidade do ensino nas universidades públicas”, afirma, e relembra a institucionalização de direitos obtida no período ao “apresen-

tarmos, na forma de projetos de lei, as pautas de licença-maternidade, assistência estudantil, previdência e cotas”.

A caminho de completar 36 anos, os desafios que se impõe para os pós-graduandos hoje são distintos e talvez ainda mais complexos, já que, desde o fim da ditadura o Brasil não conhecia ameaças à democracia como atualmente.

“Chegamos a essa data diante de uma encruzilhada histórica, com a democracia sob ameaça e o desmonte da ciência que coloca em risco a soberania. Nos 36 anos da ANPG, temos o desafio de superar Bolsonaro e o bolsonarismo e recuperar a capacidade de pensar como Nação, com um projeto de desenvolvimento que leva em conta a democracia, a distribuição de renda, que leve em consideração o patamar que o Brasil deve estar no pós-Covid, com a centralidade da ciência nessa nova realidade”, afirma Flávia Calé.



PLANO ANÍSIO TEIXEIRA: VALORIZAR A CIÊNCIA PARA RECONSTRUIR O BRASIL

Preocupada com os cortes orçamentários e o desmonte da estrutura da ciência, a ANPG lançou, em agosto de 2020, o Plano Emergencial Anísio Teixeira para os pesquisadores brasileiros. A ideia era sair da agenda defensiva imposta pelo governo negacionista de Bolsonaro e recolocar as bases do debate público, a partir da contribuição que a ciência pode e deve dar para o desenvolvimento do país.

Entre as medidas propostas pela entidade, constavam a concessão de 150 mil bolsas de mestrado e doutorado, o que possibilitaria a extensão das bolsas existentes durante o período da pandemia e a expansão para novos estudantes, além do reajuste dos valores, que agora acumulam 9 anos de defasagem.

Essas medidas também ajudariam a conter a “fuga de cérebros”, fenômeno causado pela desvalorização da carreira científica responsável pela evasão de milhares de jovens talentos do país.

O Plano Anísio Teixeira deu ensejo a elaboração de três projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. As propostas foram apresentadas pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), após audiências a pedido da ANPG.

O PL 4412/2020 propõe uma política permanente de valorização das bolsas de estudo, sendo regularmente reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor. O PL 4413/2020 pleiteia o prolongamento das bolsas Capes e CNPq no período da pandemia. Já o PL 4030/2020 queria estender o auxílio emergencial aos pós-graduandos.

Na ocasião do lançamento do Plano Anísio Teixeira, Flávia Calé, presidenta da ANPG, afirmou que a situação econômica e social crítica exigia colocar a ciência como vértice para um projeto de desenvolvimento e reconstrução do país. “Sem a indução do Estado, planejamento e investimento público não haverá saída para uma crise dessa gravidade”, apontou.

10 ANOS SEM AUMENTO NÃO DÁ! “REAJUSTE JÁ”



A atual gestão da ANPG enfrentou um período de extrema complexidade e com grandes desafios. A conjuntura política em meio à pandemia do coronavírus e ao avanço da crise econômica é de aplicação de uma plataforma neoliberal extremada, que continua avançando, surrupiando direitos trabalhistas e ampliando a privatização de recursos e bens públicos. O Brasil segue com a maior taxa de desemprego dos últimos 30 anos, o número de trabalhadores(as) na economia informal ultrapassa a quantidade de empregados(as) com carteira assinada, centenas de postos de trabalho estão sendo fechados em setores chaves da economia, e o processo de desindustrialização permanece nos grandes centros econômicos, em especial no Sudeste.

O movimento de pós-graduandos é marcado por sua hibridez, onde estamos envolvidos em uma dinâmica entre o estudo e o trabalho: somos profissionais já graduados, pesquisadores, trabalhadores da educação, ciência e tecnologia, com a missão de produzir conhecimento e pensar o futuro do nosso país e somos também estudantes em mais uma etapa de formação.

Em sua história, os pós-graduandos, trabalhadores da educação, cientistas e pesquisadores, cumpriram o importante papel de ser uma ferramenta de luta e questionamento nos momentos de maior ofensiva das pautas que atacam a ciência, a pesqui-

...somos profissionais já graduados, pesquisadores, trabalhadores da educação, ciência e tecnologia, com a missão de produzir conhecimento

sa e o conhecimento, que devem estar a serviço da classe trabalhadora e de seus filhos. A ANPG durante sua gestão lutou para que esse papel continuasse existindo. Todas as disputas e discussões políticas internas foram no sentido de quais caminhos trilharíamos para enfrentar o governo Bolsonaro, os cortes e avançar para um melhor projeto de pesquisa, ciência e tecnologia para os brasileiros.

Os desafios para a próxima gestão continuam e cada vez mais a responsabilidade de representar os(as) pós-graduandos(as) aumenta. A ANPG precisa cada vez mais estreitar as suas relações regionais e criar mecanismos para um maior diálogo e ação local, no cotidiano dos pós-graduandos e das pós-graduandas. Precisamos conhecer a realidade e as especificidades de nossa categoria, como das mães e pais pós-graduandos e de toda a diversidade que ela comporta. Essa integração passa pela criação de campanhas, debates e canais diretos de comunicação: espaços em que, de fato, a entidade possa se aproximar das e dos pós-graduandos, sendo uma entidade cada vez mais participativa. É essencial uma entidade enraizada regionalmente, que possa estar inserida na amplitude e diversidade de nosso país.

VITÓRIA DOS PÓS-GRADUANDOS!

APÓS PRESSÃO DA ANPG, CAPES AUMENTA
O PRAZO DE PRORROGAÇÃO DE BOLSAS
DE TRÊS PARA SEIS MESES.

PRORROGAÇÃO DE PRAZOS E AUXÍLIO EMERGENCIAL

Durante o pico da pandemia, a ANPG buscou o diálogo e conquistou junto a CAPES, CNPq e a diversas universidades federais e estaduais a ampliação dos prazos para apresentação dos projetos de pesquisa e conclusão dos trabalhos acadêmicos, o que foi fundamental para que milhares de estudantes tivessem segurança e tranquilidade para se readequarem à nova realidade.

Além disso, também foi por intermédio da entidade que os pós-graduandos bolsistas da Capes e do CNPq foram autorizados a pleitear o recebimento do Auxílio de R\$ 600, disponibilizado a quem comprovasse situação de vulnerabilidade social durante a emergência de saúde pública.

Essa foi uma ação importante porque um dos critérios exigidos aos bolsistas é que não estejam cadastrados como beneficiários de outros programas do governo federal. Contudo, com o agravamento da crise e o desemprego, muitos pós-graduandos utilizam as bolsas como único rendimento de suas famílias e acabaram por ter a situação econômica afetada.



O POVO DE VOLTA ÀS RUAS EXIGE RESPEITO À VIDA E GRITA FORA BOLSONARO! TSUNAMI DA EDUCAÇÃO

As manifestações de 29 de maio de 2021 marcaram a volta do povo às ruas em todo o Brasil. Convocado pelas entidades estudantis ANPG, UNE e UBES, sindicatos e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, o movimento defendeu mais verbas para a Educação e a Ciência, auxílio emergencial de 600 reais e vacinação em massa e ganhou forte caráter antibolsonarista.

De acordo com o balanço realizado pelas entidades promotoras, os atos reuniram cerca de 420 mil pessoas em todo o país, registrando atividades em mais de duzentas cidades, incluídas todas as capitais.

Em seu discurso, Flávia Calé, presidenta da ANPG, falou da necessidade de reverter a política de desmonte da Ciência e Tecnologia. “Não podemos perder uma geração de jovens brasileiros mais uma vez, nem na escola e na universidade pública e nem na pesquisa. Sem ciência, o Brasil está condenado a ser uma nova colônia no século 21. Isso nós não vamos permitir! Por isso, voltamos às ruas. A ciência que salva vidas e pode garantir nosso futuro precisa ser salva do risco de apagão”.

No Rio de Janeiro, o protesto ocupou a Avenida Presidente Vargas e seguiu até o Largo da Carioca. O ato no Distrito Federal teve concentração no Museu Nacional e marchou até a Esplanada dos Ministérios, onde um boneco de Bolsonaro fazendo alusão a Hitler foi inflado.

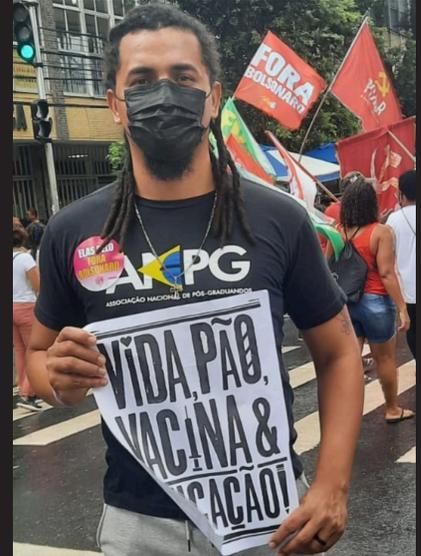
Em Recife, a Polícia Militar agiu com truculência e dispersou o final da manifestação com spray de pimenta e tiros de bala de borracha. Duas pessoas perderam a visão e o governo do estado anunciou o afastamento dos policiais responsáveis das ruas.

As manifestações nacionais cumpriram importante papel na denúncia do governo Bolsonaro em sua criminosa condução da pandemia e alertaram para os riscos à democracia com os crescentes ataques do presidente às instituições. Após o histórico #29M, diversas outras atividades foram realizadas, mostrando a reação popular contra os desmandos do governo.





OS TSUNAMIS DA EDUCAÇÃO ENTRARAM PARA A HISTÓRIA NA LUTA CONTRA O DESGORVERNO DE BOLSONARO



VIDA, PÃO, VACINA E EDUCAÇÃO

Em 30 de março de 2021, cerca de duzentas cidades de todos os estados do país, incluídas todas as capitais, realizaram manifestações organizadas pela ANPG, UNE e UBES em protesto contra a atuação do governo federal diante do agravamento da pandemia e suas consequências sanitárias e sociais.

Sob o lema “Vida, Pão, Vacina e Educação”, além de denunciar o caráter genocida do governo Bolsonaro, as lideranças reivindicaram a aceleração da vacinação do povo contra a Covid, doença que, àquela altura, já havia ceifado mais de 300 mil vidas no país; a renovação do auxílio emergencial de 600 reais, pois os dados já mostravam que o número de pessoas pobres havia aumentado exponencialmente e mais da metade dos brasileiros viviam algum grau de insegurança alimentar; além da recomposição do Orçamento para as áreas de Educação e Ciência e Tecnologia, alvos preferenciais dos cortes do governo.

Em virtude do isolamento social para combater a pandemia, que impedia mobilizações massivas naquele momento, os estudantes tiveram que usar da criatividade através de atos simbólicos. Nas redes sociais, a Jornada de Lutas ganhou ampla adesão popular, sendo que a tag #vidapaovacinaeducacao ficou no topo dos assuntos mais comentados do Twitter, além de alcançar repercussão também nos grandes meios de comunicação.

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS E PÓS-GRADUANDAS

Como forma de denunciar um corte de R\$635 milhões do Ministério de Ciência e Tecnologia, a Associação Nacional de Pós-Graduandos convocou os pós-graduandos a paralisarem suas atividades em um dia Nacional de Paralisação da Pós-Graduação - Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Ciência e Tecnologia, em 26 de outubro de 2021.

A atividade contou com ampla adesão não apenas dos pós-graduandos, mas também das comunidades acadêmicas e científicas. A reunião de diretoria da ANPG, que convocou o movimento, acabou transformada em um grande ato político em defesa da ciência e em repúdio à agenda negacionista do governo, contando com a participação dos presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), dentre outras entidades.

Os recursos retirados arbitrariamente por Bolsonaro e Paulo Guedes seriam destinados para pagamentos de bolsas e execução de projetos científicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A reposição de verbas era fruto da conquista obtida com a aprovação da Lei Complementar 177/2021, que impede o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e obriga sua destinação para a ciência.

No dia 26, os pós-graduandos mobilizados pela ANPG e a rede de APGs nas universidades realizaram 27 atos, abrangendo 15 estados e o Distrito Federal. Além disso, desde cedo a luta em defesa da ciência pautou as redes sociais através do Twitter #SOSCIÊNCIA, que alcançou repercussão na grande mídia nacional como destaque em programa matinal da principal rede de televisão do país.

No período da tarde, uma série de debates foram realizados no ato “Quanto vale a Ciência?”, na



os pós-graduandos mobilizados pela ANPG e a rede de APGs nas universidades realizaram 27 atos, abrangendo 15 estados e o Distrito Federal.

busca de denunciar a política do governo de desmonte do setor de C&T e seus impactos deletérios para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, para a vida das pessoas. Além da ANPG, 37 entidades participaram das atividades e subscreveram a convocação do Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Ciência e Tecnologia.



44º CONAP DEBATEU OS DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO E CONVOCOU O CONGRESSO DA ANPG

Com um olhar sobre o bicentário da independência do Brasil e no contexto de ameaças à democracia e ataques à ciência, foi realizado o 44º CONAP (Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos), entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2021.

De forma remota, com transmissão on-line, por conta da pandemia da COVID-19, mais de 50 APG's de todo o país se reuniram entre debates, atividades e grupos de trabalho para os desafios da pós-graduação e as próximas lutas da ANPG, ressaltando o importante papel da pesquisa brasileira como saída à crise sanitária, social e econômica.

No centro dos debates, a urgência do reajuste de bolsas de pesquisa, que tem seus valores defasados. Assim, no primeiro dia do CONAP, a ANPG realizou a entrega de um abaixo-assinado, então com 51 mil assinaturas, pelo reajuste das bolsas ao Dr. Evaldo Vilela, presidente do CNPq.

Outros temas tratados durante o 44º Conap foram o estrangulamento do orçamento do MCTI e das agências de fomento; a crise vivida pela CAPES, com demissões em massa de coordenadores e o desmonte do sistema de avaliação de cursos e a necessidade de se formar a comissão para construção do VII Plano Nacional de Pós-Graduação, que deve orientar as diretrizes e metas para a próxima década, mas está desestruturada desde 2020, quando foi concluído o VI PNPG.

O 44º CONAP também convocou o processo de mobilização do 28º Congresso da ANPG, fórum máximo da entidade, a ser realizado em julho de 2022.



COTAS RACIAIS: UMA NECESSIDADE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO



No dia 15 de junho de 2022, o Conselho de Ensino para Graduados da Universidade Federal do Rio de Janeiro aprovou uma resolução que tornou obrigatória a adoção de políticas afirmativas, entre elas as cotas raciais.

Essa conquista fortalece a luta pela democratização da pós-graduação e da pesquisa científica, terreno ainda muito inacessível para as famílias populares. O desafio ainda é grande: balanço realizado pela Capes em 2019 mostra que cerca de 29% eram declarados pretos e pardos, o que fica bem aquém do conjunto da população e mesmo entre os matriculados na graduação das universidades públicas do país, tendo chegado 50,3% no ano de 2018.

Se há forte desigualdade racial entre mestres e doutores, esse desequilíbrio sofreu um abalo ainda maior quando incluído o cruzamento raça/gênero durante a pandemia. Segundo dados da pesquisa Parent in Science (2020) sobre produtividade acadêmica, apenas 25,7% das mulheres negras conseguiram trabalhar na pandemia, sendo que o índice desaba quando consideradas as mães negras - só 9,9%.

A ANPG tem lutado pela instituição da política de cotas raciais na pós-graduação e apoia a aprovação do Projeto de Lei 3489/2020, do deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), que prevê a reserva de 50% das vagas nos programas de mestrado e doutorado para estudantes auto-declarados pretos e pardos.

Caso adotada, além da democratização da academia e da produção científica, a lei de cotas na pós-graduação tende a pressionar pela desejável modificação dos currículos para que sejam mais porosos aos saberes e culturas não eurocêntricos, o que contribuirá para maior pluralidade no pensamento da academia.

SAÚDE MENTAL PARA AGIR

Em parceria com a entidade CNV em Rede, a ANPG realizou, entre 23 e 26 de Setembro de 2021, o evento “Saúde Mental para Agir” com o propósito de debater e promover o apoio, a saúde e o bem-estar no ambiente universitário e da pós-graduação.

A saúde mental é um dos mais graves e pouco debatidos problemas que afetam a rotina acadêmica de estudantes, em virtude de fatores como prazos, pressões e assédio moral ou sexual, podendo levar a quadros de depressão e até mesmo suicídio.

Como são cada vez mais frequentes as reclamações que chegam à Ouvidoria da ANPG sobre o tema, a entidade lançou um questionário para mapear quadros de violência e sofrimento mental entre os pós-graduandos e pós-graduandas.



28º CONGRESSO DA ANPG

A Associação Nacional de Pós-Graduandos convocou a etapa presencial de seu 28º Congresso Nacional de Pós-Graduandos para ser realizada entre 23 e 25 de julho de 2022, na Universidade de Brasília (UNB).

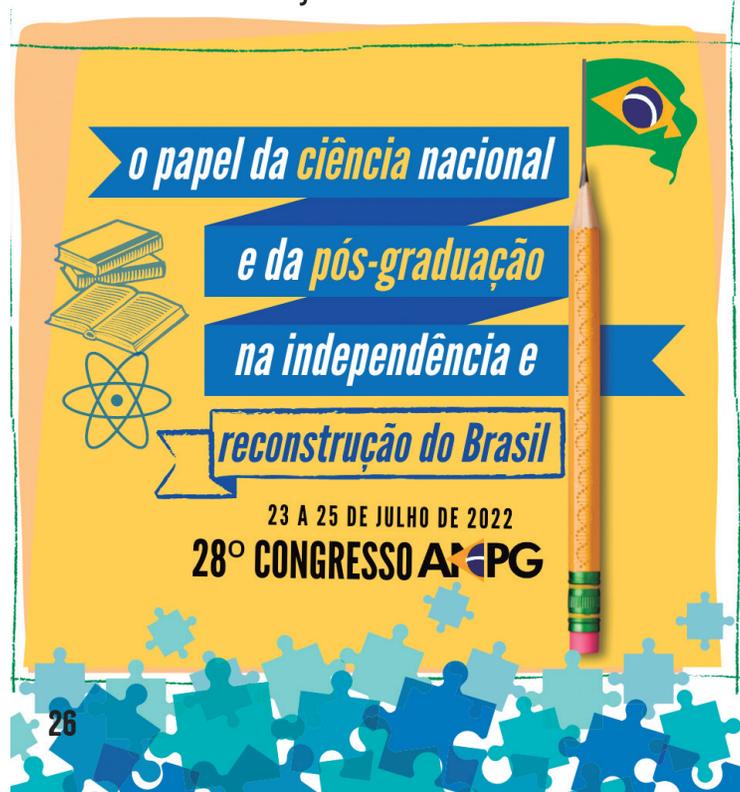
Sob o lema “O papel da ciência nacional e da pós-graduação para reconstrução de um Brasil independente”, o encontro coroa as etapas preparatórias em que a entidade debateu e fez críticas contundentes à política de desmonte da produção científica nacional e desvalorização dos pesquisadores levada a cabo pelo governo de Jair Bolsonaro.

Adaptando-se ao período de transição da pandemia, a ANPG decidiu por realizar debates preparatórios - presenciais, híbridos ou virtuais -, agendados pelas APGs nas universidades e dois encontros gerais, o III Encontro de Mulheres Estudantes e o Seminário de Educação e Ciência, antes da plenária final.

A data e novo formato refletem, ainda, a continuidade da pandemia da covid-19 e suas consequências para a sociedade brasileira. Primeiro, muitas cidades no Brasil ainda estão com normas sanitárias e de isolamento social vigentes. Em segundo, o ensino remoto ainda é realidade para a maioria dos programas de pós-graduação em diversas instituições no país. Esse fato cria barreiras para o processo tradicional de eleição de delegados ao CNPG. E, em terceiro, o, há de se destacar os sucessivos cortes orçamentários na educação e ciência, os quais vem estrangulando as universidades e agências de fomento, associado às dificuldades materiais de sustentação das entidades estudantis, realidade que impacta também na possibilidade de realização do CNPG tradicional.

Assim, por essas razões elencadas, e pelo entendimento que na conjuntura política vivenciada pelo Brasil, com cortes e ataques à ciência, educação e democracia brasileira, associado a desvalorização do pesquisador brasileiros e fim da vigência do Plano Nacional de Pós-Graduação (2010/2020), é mais que necessário todos os esforços para garantir a organização dos pós-graduandos e a vida institucional da entidade no próximo período.

O fórum máximo dos pós-graduandos e pós-graduandas ocorre junto à 74ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, fato politicamente simbólico, pois foi este evento da SBPC que abrigou a plenária de fundação da ANPG, em 1986.



III EME DA ANPG RETRATA EMPODERAMENTO DAS MULHERES PÓS-GRADUANDAS



Espaço de auto-organização da luta feminista, o III Encontro de Mulheres Estudantes da ANPG, que ocorreu entre os dias 10 e 12 de junho de 2022, integrou a segunda etapa do 28º Congresso Nacional de Pós-Graduandos da ANPG. Além de dar voz e trazer à tona as pautas específicas que afetam as pós-graduandas, foi um momento marcante de empoderamento: pela primeira vez em sua história, a mesa diretora da entidade é integralmente composta por mulheres – a presidenta Flávia Calé, a vice Stella Gontijo e a secretária-geral Raquel Luxemburgo.

A mesa de abertura discutiu o tema “Mulheres cientistas pela democracia: ocupar o poder e tecer um novo Brasil” e foi marcada pelo tom crítico ao projeto de desmonte da Ciência e Tecnologia e da Educação preconizados pelo governo Bolsonaro.

Além de Bruna Brelaz e Jade Beatriz, presidentas das entidades co-irmãs UNE e UBES, contribuíram nessa rodada a professora Ana Lanna, pró-reitora de Inclusão e Pertencimento da USP; a reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, a primeira a ocupar o posto na centenária universidade; Sofia Manzano, professora da UESB; a mestranda do INPE, Gabryele Moreira; e Mariana Moura, criadora do grupo Cientistas Engajados.

O segundo dia foi aberto com a pauta “Mulheres transformam a ciência: luta por direitos e o novo Plano Nacional de Pós-Graduação”, tendo como debatedoras a vice-presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Fernanda Sobral; professora Sandra Goulart, reitora da UFMG; a doutoranda Luane Bento, representando a Associação Brasileira de Pesquisadoras Negras; Geovana Lunardi, presidenta da Asso-



ciação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); e Flávia Calé, presidenta da ANPG.

Foi consenso entre as debatedoras que os avanços na participação feminina na pós-graduação, chegando a ser maioria entre os estudantes matriculados, ainda não se reverte nos postos de maior poder de mando em virtude do chamado “efeito tesoura”.

Para elas, o novo PNPG deve colocar no centro o enfrentamento dos gargalos estruturais do país, além de conduzir políticas públicas afirmativas que proporcionem melhores condições para as mães cientistas, as cotas raciais que insiram pesquisadoras e pesquisadores negras e negros, dentre outras.

A mesa de encerramento debateu as “Contribuições do pensamento feminista para a produção do conhecimento científico” e contou as colaborações da socióloga e professora Mary Castro; Clarisse Paradiz, professora da UNILAB; a mestra em Antropologia Luana Kumaruara, Daniela Costa, chefe de gabinete da Secretaria de Política para Mulheres da Bahia; Renata Regina, do Coletivo Ana Montenegro; e Carol Azevedo, diretora de Mulheres da UNE.

As debatedoras criticaram a ideia de “sujeito universal”, que acaba por reproduzir uma espécie de “conhecimento oficial”, formulado em geral pela contribuição teórica de homens brancos e de origem europeia, invisibilizando outros saberes. Além disso, negaram o rótulo de identitarismo, algumas vezes atribuído ao feminismo no debate acadêmico, realçando o entrelace entre classe, gênero e raça na formulação de ideais para a emancipação social.



SEMINÁRIO EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: PÓS-GRADUANDOS MOBILIZADOS PELO PRÓXIMO PNPG



Entre os dias 1 e 2 de julho, pós-graduandos participaram de mais uma etapa preparatória para o 28º Congresso da ANPG, que será realizado entre os dias 23 e 25 deste mês, em Brasília.

Entre debates, grupos de trabalho e lançamentos de estudos, o Seminário Educação e Ciência, sob o tema “Caminhos para superar os desafios brasileiros” ressaltou a urgência da retomada de investimentos em ciência, um Plano Nacional de Pós-Graduação que reduza as assimetrias e a mobilização pela defesa da democracia.

No primeiro dia do Encontro, a presidente da ANPG, Flávia Calé, anunciou que, com a discussão de atraso de quase dois anos, o sétimo PNPG teve a formação da comissão anunciada na última semana e a ANPG terá uma cadeira. Dessa forma, com essa novidade, a primeira mesa do seminário: “Do PNPG ao

PNE: qual sistema educacional é necessário para o Brasil?” tratou do tema.

“Esse PNPG é emblemático por estar sendo debatido no marco do bicentenário da independência do Brasil. A autonomia científica nos possibilita soberania e para a independência do Brasil no século XXI é necessário torná-lo um produtor do conhecimento, sendo assim, a ciência e a educação são pilares”, avalia Flávia.

Jorge Audy, professor titular da Escola Politécnica e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da PUCRS e coordenador da comissão de acompanhamento do PNPG, avalia que um dos principais objetivos do próximo Plano é articular todas as agências de fomento, em todo país. Para a presidente também é urgente que o Plano preveja a implementação das cotas raciais na Pós-Graduação e plano de emprego para os jovens doutores, evitando a “fuga de cérebros” do país.

Assim, a ANPG, em conjunto com o CEMJ (entro de Estudos e Memória da Juventude), desenvolveu a Nota Técnica Fuga de Cérebros, Circulação Internacional da Ciência e Diáspora Científica de Pesquisadores Brasileiros: Contribuições para o Debate, trazendo um painel do cenário atual da ciência brasileira e também 25 recomendações para conter o fenômeno de expulsão de pesquisadores brasileiros para outros países.

FINANCIAMENTO

No segundo dia do Seminário, os participantes da mesa “Caminhos para o financiamento sustentável das universidades e da pós-graduação”, trouxeram grandes contribuições sobre a superação das crises atuais, que envolvem as universidades e a produção científica brasileira, hoje concentrada majoritariamente nessas intuições e que sofrem constantes e sistemáticos ataques.

“As universidades federais fazem parte de um projeto de democratização, na perspectiva de gerar novas oportunidades à comunidade estudantil, à população, dentro da sociedade”, afirmou Alfredo Macedo, reitor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), ao reiterar a necessidade de defender a democracia para retomar investimentos em Ciência. Ainda, segundo o reitor, o financiamento sustentável nas universidades e pós graduação dependem de um projeto nacional. “O financiamento deve ser uma política de estado, com normativas específicas para proteger os recursos, que sejam permanentes e transparentes. Deve estar definido em um orçamento geral do país anualmente, e não liberado por meio de emendas, após as mobilizações

e articulação de reitores e instituições com parlamentares”, acrescenta.

O secretário executivo do Instituto Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.br), Fabio Guedes, avaliou que o financiamento das universidades não se resolve com as propostas que se colocam atualmente pelo governo. “Iniciativas como cobrar mensalidades e taxas não vão resolver a questões de estruturas de universidades, inserção na comunidade e produção de pesquisa - só criarão outros problemas, além de não garantir os investimentos necessários. O Financiamento passa pelo Congresso Nacional e o respeito às Leis de Diretrizes Orçamentárias”, ressaltou o secretário executivo do Instituto Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.br), Fabio Guedes, avaliou que o financiamento das universidades não se resolve com as propostas que se colocam atualmente pelo governo.

AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA BANDEIRA URGENTE

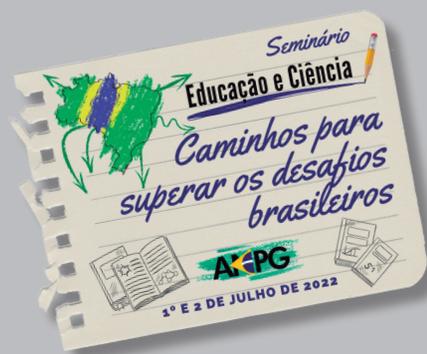
Durante os debates foi ressaltado que o próximo PNPG deve incluir ações afirmativas como as cotas raciais também na pós-graduação. Cléber Santos, presidente da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as), trouxe explicações sobre a revisão da Lei de Cotas (12711/12) neste ano e dos projetos que tramitam no Congresso, que incluem e ampliam as ações afirmativas também na pós-graduação. “Por outro lado, devemos ficar atentos aos Projetos que também visam acabar com a reserva racial e deixando apenas a social, o que não contempla as necessidades e urgências para democratização da pós-graduação”.

“As ações afirmativas não são apenas por justiça, só isso já justificaria a sua existência, claro. Mas é também pensando em maior eficiência, uma vez que com mais diversidade e com instituições mais democráticas, a produção do conhecimento seja melhor, com melhores formulações”, observa Leticia de Oliveira, coordenadora da Comissão Permanente de Equidade de Gênero da UFF (Universidade Federal Fluminense) e membra do movimento Parent in Science, movimento que debate a parentalidade do universo da ciência do Brasil.

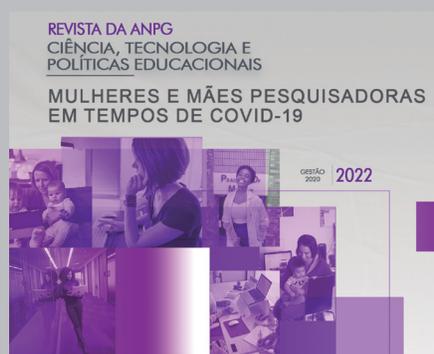
Leticia ainda acrescentou um recorte de gênero sobre a ciência brasileira. “A sociedade é excludente para



as mães, seja nos espaços de poder, como nas instituições de ensino, o que reflete também na Ciência. Existem desde os problemas estruturais, para incluir as pesquisadoras com filhos, quanto questões administrativas: o currículo da pós-graduanda deve ser avaliado levando em conta sua maternidade e deve existir um regulamento para a prorrogação de prazos também”, enfatiza.



MULHERES CIENTISTAS E A PANDEMIA



A Revista Científica da ANPG – Ciência, Tecnologia e Políticas Educacionais - “Mulheres e Mães Pesquisadoras em Tempos de Covid-19” se dedicou a receber artigos das pós-graduandas, uma vez que os desafios da pandemia foram muito intensificados para as mulheres.

Bruna Garcia, diretora acadêmica, observa que as pós-graduandas ficaram sobrecarregadas nesse período e muitas interromperam suas pesquisas. “Trazemos muitos temas pertinentes ligados aos desafios femininos e os impactos de gênero nesse período e apresentamos propostas para superá-los e as lutas das associações de pós-graduandos em organização para debater as mulheres, maternidades e parentalidade, para uma carreira acadêmica que seja mais diversa e plural”.



ANPG NOS CONSELHOS

João Pedro

Conselho Nacional de Saúde

No Conselho Nacional de Saúde a ANPG cumpre o papel de controle social do SUS, garantindo a luta por um sistema de saúde cada vez mais democrático e participativo. Ocupamos o debate sobre a formação e regulação dos profissionais da saúde, as políticas públicas que acreditamos e o sobre como a ciência pode cumprir pela saúde da nossa população.”

Flávia Calé

CAPES - CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho da Capes é um importante espaço para a formulação e debate das políticas que incidem na pós-graduação. Ter voz nesse local é fundamental para apresentarmos a perspectivas dos pós-graduandos sobre as pautas e ações do governo, além ampliar as relações da ANPG com a comunidade acadêmica e científica.

André Torkaski

CONSELHO TÉCNICO-CIENTIFICO

O CTC tem a missão institucional de coordenar a avaliação dos programas de pós-graduação. Entretanto, em tempos de ataques à ciência e cortes de recursos para o financiamento de bolsas, a representação da ANPG nesse importante espaço tem se pautado pela defesa dos direitos dos pós-graduandos e em contribuir para que os programas de pós-graduação tenham sempre como propósito o avanço científico e o desenvolvimento nacional.

Vinícius Soares

CNPq – Conselho Deliberativo A ANPG é convidada, mas não tem assento.

A ANPG integrar, como convidada, o Conselho Deliberativo do CNPq, representando os pós-graduandos do Brasil, é reflexo da combatividade e da importância da entidade e desse segmento para a defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação e pós-graduação do país. É um espaço de tomada de decisão importante sobre as formulações e a condução das políticas de C, T e I de um dos principais vetores do parque científico e tecnológico brasileiro, que é a agência. Nesse momento, a voz dos pós-graduandos se torna essencial, pois estamos vivendo graves ataques à ciência e ao próprio CNPq, tanto pela via do estrangulamento de seu orçamento quanto pela perseguição e negação da ciência por parte do governo federal.

ANPG NO MUNDO

A NOVA CORRIDA ESPACIAL É A CORRIDA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Por Amanda Harumy, Diretora de Relações Internacionais da ANPG

O mundo atual passa por um período de transição de uma conjuntura unipolar, com os EUA como nação hegemônica, para um mundo multipolar. Essa transição não será pacífica, será complexa e conflituosa - e a ciência e tecnologia estão no centro desse processo.

A crise do COVID 19 mostrou que os problemas atravessam territórios e fronteiras. Com mais de 15 milhões de mortes, não teve força militar ou potencial bélico para combater a guerra contra o vírus, foram a ciência e os cientistas os responsáveis por buscar as respostas. Os organismos internacionais, como ONU e OMS, expuseram ainda mais suas fragilidades e o direito internacional foi uma ferramenta frágil para mediar as assimetrias internacionais.

Na corrida pela vacina, China, Índia, Rússia, Cuba e EUA mobilizaram suas forças tecnológicas para produzir em tempos recorde vacinas, porém, os Estados Unidos evidenciaram seu comportamento unilateral e o debate sobre a necessidade universalização da vacina foi subestimado.

A crise é sistêmica e passa pela crise ambiental, política e econômica. A guerra na Ucrânia acelera o processo de aproximação do eixo euroasiático. Enquanto EUA e Europa apostam na escalada do conflito entre as nações, o eixo euroasiático, liderado por Rússia e China, propõe a reorganização do mundo segundo uma ordem multilateral em uma defesa anti-hegemônica.

A nova corrida espacial é uma corrida da ciência e tecnologia. Dessa forma, a pasta de Relações Internacionais da ANPG ganha cada vez mais peso sob as formulações políticas. A diretoria de Relações Internacionais da entidade se concentrou em dois eixos geopolíticos: América Latina e Eurásia.

A agenda de Relações Internacionais da ANPG construiu ativamente a luta do movimento estudantil latino-americano, com atividades virtuais devido à crise sanitária de COVID 19, mas também cumprindo duas viagens para a Venezuela, onde foi possível construir um rico debate político dos países que resistem aos avanços do neoliberalismo na região, com importantes lutas como as dos movimentos estudantis colombiano e chileno, que promoveram grandes levantes populares.

No segundo eixo político - euroasiático - foi possível construir uma relação inicial, em viagem à Rússia para o no evento "International Fórum of Civil Participation - #MbIBMECTE 2021", e a participação no Fórum dos BRICS PLUS.

Outra contribuição internacional foi a pesquisa desenvolvida com a Universidade de Harvard, no projeto SIHEG - Student Impact on Higher Education Globally -, que desenvolveu um denso estudo com diversos movimentos estudantis do mundo. O resultado desse trabalho foi a organização de um livro sob supervisão da Professora Manja Klemencic, no qual a ANPG ficou responsável pelo capítulo sobre movimento estudantil colombiano.

O desafio da agenda de Relações Internacionais da ANPG será acompanhar o debate atual sobre ciência e tecnologia no mundo não ocidental, principalmente em contato com movimentos que façam parte dos BRICS e outros fóruns em ascensão na atual disputa mundial.



ANPG NA MÍDIA

tilt uol SAC EMAIL ENTRE ASSINE UOL

FIQUE POR DENTRO ▾ TEC A SEU FAVOR ▾ NOVOS HÁBITOS PAPO CABECA ▾ FICÇÃO CIENTÍFICA? ▾ COLUNAS NEWSLETTERS ÚLTIMAS

CIÊNCIA

'Estou desesperada': apagão no CNPq preocupa cientistas brasileiros



Em 2021, CNPq tem o menor orçamento do século 21

Valor é R\$ 1,21 bilhão
51,5% do ano de 2000

globoplay Agora na TV Novelas Séries Filmes Originais Explore

Brasil de Fato

Programação Podcasts Programas BDF Como ser uma Rádio Parceira

Abandono da ciência e falta de investimento tiram o Brasil do século 21

Também no Jornal Brasil Atual, Minas Gerais já contabiliza 145 cidades em situação de emergência em razão das chuvas

Larissa Bohrer
11 de Janeiro de 2022 às 17:44



Jornal da Globo >

Falta de investimento em pesquisa empurra cientistas pra fora do país

3 min Exibição em 15 abr 2022

JORNAL DA USP

HOME CIÊNCIAS CULTURA ATUALIDADES

Início > Artigos > A quem interessa a paralisação do Sistema de Avaliação da Capes?

A quem interessa a paralisação do Sistema de Avaliação da Capes?

Por Flávia Calé, doutoranda da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Artigos - <https://jornal.usp.br/?p=460464>

05/10/2021 - Publicado há 9 meses

EPOCA

ÉPOCA • BRASIL

CNPq paga 13% das bolsas aprovadas e entidades temem por 'fuga de cérebros' do Brasil

Órgão federal aprovou 3.080 propostas de doutorado e pós-doutorado a serem desenvolvidas em instituições do país e do exterior, em 2021; apenas 396 estudantes brasileiros receberam auxílio financeiro

Lucas Mathias
15/05/2021 - 06:08

f t i Newsletters



De 3.080 propostas de doutorado e pós-doutorado aprovadas, apenas 396 receberão bolsa Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Entidades estudantis pedem saída de Milton Ribeiro, ministro da Educação

Ribeiro é acusado de favorecer pastores no repasse de verbas do MEC, a pedido do presidente Jair Bolsonaro

POR TAÍS ILHÉU 23 MAR 2022, 11H04

Sem estímulo, continuará difícil formar cientistas no País

Faltam recursos e duas das principais agências de fomento, Capes e CNPQ, reduziram bolsas em cerca de 20%

JORNAL DIGITAL

ENTIDADES ESTUDANTIS

'Bolsolão do MEC': União dos estudantes repercute escândalo com ex-ministro de Bolsonaro

Confira nota das entidades estudantis referente a prisão do ex-ministro da educação e pastores

CNN BRASIL

Lattes fora do ar pode gerar uma tragédia para a ciência, aponta pesquisadora

Presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos alerta para riscos de perda de dados com plataforma indisponível

EL PAÍS

Brasil

CIÊNCIA

'Apagão na ciência' deixa cientistas sem "documento de identidade"

Acesso à principal plataforma de currículos de pesquisadores do país, o CNPQ, estava fora do ar desde 23 de julho e foi parcialmente restabelecido nesta terça-feira. Orçamento do órgão é o menor em 21 anos

globoplay

Agora na TV Novelas Séries Filmes Originais Explore



Jornal Hoje >

Há cinco dias pesquisadores brasileiros não conseguem acessar sistemas do CNPQ

4 min Exibição em 28 jul 2021

CartaCapital REVISTAS

POLÍTICA

Milhares vão às ruas pelo impeachment de Bolsonaro e pela vacina

Com palavras de ordem, faixas e gritos de 'fora, Bolsonaro', os protestos criticam a condução do governo na pandemia

POR ESTADÃO CONTEÚDO | 03.07.2021 13H36

veja

Brasil

Entidades pedem liberação de recursos para ciência e tecnologia

A iniciativa teve como objetivo pressionar autoridades públicas para recuperar e liberar o orçamento da área, que teve redução de R\$ 690 milhões

Por Da Redação 15 out 2021, 22h38

OUVIDORIA DA ANPG

A ouvidoria da Associação Nacional de Pós-Graduandos cada vez mais tem se tornado uma importante ferramenta na busca pela qualidade do ambiente de pesquisa dos estudantes. O projeto possibilitou o aumento do seu alcance, levando atendimento para os estudantes em todas as regiões do Brasil, buscando solucionar os mais diversos conflitos envolvendo pós-graduandos e seus orientadores, programas de pós-graduação, agências de fomento e outros órgãos que, de alguma forma, participam da vida e do desenvolvimento da pesquisa.

Permanecemos no atendimento cotidiano, respondendo os estudantes que nos procuraram, buscando alternativas que solucionassem da maneira mais eficiente e rápida as demandas, fortalecemos relações importantes com programas que se comprometeram com uma das principais pautas da criação da ouvidoria, que é o combate ao assédio no ambiente acadêmico.

É válido fazer um recorte com o trabalho da ouvidoria durante a pandemia da covid-19, um período atípico no mundo todo, causando um grande impacto em toda a sociedade. Tivemos perdas irreparáveis, alguns setores tiveram que ser paralisados e a pós-graduação também foi impactada.

Muitas pessoas tiveram as pesquisas interrompidas ou atrasadas em decorrência da necessidade do isolamento social. O momento crítico interferiu nos trabalhos desenvolvidos pelos pós-graduandos em todo o Brasil e a ANPG, através da ouvidoria, teve um importante papel nesse período, pois os acompanhamentos realizados de maneira individual garantiram que as situações locais não prejudicassem as pesquisas, levando em consideração o bem-estar dos pós-graduandos.

Acompanhamos junto às instituições de ensino a garantia da prorrogação das bolsas de pesquisa, a prorrogação de prazos, inclusive os de defesa de tese e dissertação e conseguimos garantir a consolidação das portarias publicadas pelas agências nos programas de pós-graduação. Em muitos programas havia a decisão de não acatar a possibilidade de prorrogação, não levando em consideração todo o contexto. A atuação da ANPG foi essencial para assegurar que os pós-graduandos tivessem seu direito garantido e dessem continuidade a todo trabalho desenvolvido.

É importante apontar que também tivemos um aumento considerável de queixas de assédio nos espaços acadêmicos, interferimos juntos aos programas e buscamos a solução mais adequada para cada caso.

O acompanhamento através da ouvidoria faz com que a ANPG consiga entender as demandas individuais dos pós-graduandos, cada vez mais consolidamos um espaço em que o estudante se sente seguro em buscar ajuda sobre diversas situações, se sentindo protegido e amparado.

A ouvidoria cresce e se fortalece cada vez mais, buscando sempre melhorar e ampliar o modo de trabalho em resposta às demandas. Cada relato e pedido que chega ajuda a entidade a aprimorar o atendimento ao pós-graduando e consegue diagnosticar os problemas que podem ser repetidos em outros locais.

Atendemos mais de 900 pós-graduandos, contemplando diversos assuntos, consolidamos um canal de comunicação direta, no qual damos acolhimento e o encaminhamento adequado à demanda existente.

Para entrar em contato conosco é só enviar um e-mail: ouvidoria@anpg.org.br.



Meia-entrada só com o legítimo Documento do Estudante



O DOCUMENTO DO ESTUDANTE DA ANPG É A IDENTIFICAÇÃO ESTUDANTIL PADRONIZADA PELAS ENTIDADES ESTUDANTIS NACIONAIS, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA LEI DA MEIA-ENTRADA (LEI 12.933/2013). ELA É O MEIO GARANTIDO PARA QUE OS ESTUDANTES OBTENHAM O DIREITO AO PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA EM EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS, UMA CONQUISTA HISTÓRICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL. ALÉM DISSO, OS RECURSOS DA CARTEIRA DA ANPG AJUDAM A FINANCIAR AS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA ENTIDADE EM DEFESA DOS PÓS-GRADUANDOS E A LUTA EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA EDUCAÇÃO CONTRA OS CORTES DE VERBAS.

FAÇA A SUA, É SIMPLES E RÁPIDO.

ACESSE:

WWW.DOCUMENTODOESTUDANTE.COM.BR/



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

 /anpgbrasil  @anpg  @anpgoficial

WWW.ANPG.ORG.BR

